



122ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA 2– 25 DE AGOSTO DE 2016.

3 Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2016, às oito horas e quinze minutos, na sede da Secretaria de Ação
4 Social, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, teve início a vigésima segunda Reunião Ordinária do
5 Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da vice-presidente e representante titular das
6 Organizações de Atendimento à Portadores de Deficiência e Grupos Minoritários, Senhora Ernestina Maria de
7 Assunção Cintra. Estiveram presentes na reunião treze (13) conselheiros, sendo oito (08) do poder público e
8 cinco (05) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Sônia Regina Barbosa Quirino, Rutinéia
9 Cristina Martins Silva, Geisla Fábila Pinto, Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, Celina Rosa da Silva
10 Nascimento, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra e Andréia Maria Ribeiro Silva.
11 **Conselheiros suplentes**: José Carlos Gomes. **Conselheiros na Titularidade**: Dalva Deodato Taveira, Águeda
12 Coelho Marques Soares, Maricélia Aparecida de Souza e Daniela Leal Ramos. Participaram da reunião 09
13 convidados. **Com a seguinte pauta: Assuntos: 4.1 – Apresentação e Deliberação– PMAS WEB – Estadual-**
14 **2017. 5. Informes: 5.1 – Resultado das Assembleias Eleitorais – Recomposição Geral CMAS 2016; 5.2 –**
15 **Ofício nº 107/2016 – CONSEAS; 5.3 – Ofício nº 95 – MDS; 5.4 – Cronograma do Projeto de Lei de**
16 **Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017.** A vice-presidente Tina iniciou a reunião apresentando as justificativas
17 de ausência dos conselheiros: Vilma, Cláudia, Geraldine, Denizar, Padre Célio, Juliana e Elenir. Logo após
18 passou à leitura da pauta, que foi aprovada. Dando seguimento, Tina consultou os conselheiros presentes para a
19 leitura da ata e a Sra. Dalva prontificou-se realizando a leitura da ata da 19ª Reunião Ordinária do CMAS, que
20 foi aprovada com a solicitação de correção nas linhas 56 e 58. Deu-se então início à reunião com o assunto **4.1 –**
21 **Apresentação e Deliberação– PMAS WEB – Estadual-2017.** Dalva explicou que todo ano é necessário fazer
22 a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social e o Órgão Gestor precisa realizar a atualização e
23 preenchimento dos dados no sistema Web. Apresentou todos os blocos de preenchimento do PMAS, explicando
24 cada um. No bloco IV do Financiamento, demonstrou a previsão de cofinanciamento-2017, de recursos a serem
25 repassados para a rede de proteção social básica e especial, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social,
26 do Município, Estado e União. Neste bloco apresentou uma proposta de alteração na alocação do Recurso
27 Estadual para o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor anual de R\$ 11.484,00
28 (onze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais), que até 2016 foram repassados para APAE para atendimento
29 aos egressos da educação com mais de 30 anos. O Órgão Gestor trouxe como proposta para 2017 que a
30 alocação desse recurso seja para o Centro POP, considerando que o referido valor não pode ser inserido no
31 Chamamento Público, considerando ainda a possibilidade de utilização do recurso no bloco de Média
32 Complexidade e ainda o baixo cofinanciamento do Governo Federal para o Centro POP. A conselheira Tina
33 pontuou que enquanto Representante de Organizações de Pessoas com Deficiência, não concorda em retirar o
34 recurso, mesmo que seja um valor pequeno, uma vez que o piso para o Serviço para a pessoa com deficiência
35 em unidade referenciada já está extremamente defasado. Dalva questionou a servidora Sandra, se é possível que

36esse recurso continue sendo destinado a APAE, e Sandra explicou que até o ano de 2016 o recurso era repassado
37como serviço não tipificado, e por isso era canalizado diretamente para APAE. Afirmou que agora o mesmo
38deve permanecer no bloco de Serviços Proteção Especial de Média Complexidade, lembrando que esse recurso
39já compõe os pisos. Clóves comentou que como o Centro Pop é um serviço financiado pelo Município, na sua
40compreensão ele já possui muitos recursos disponíveis, e os Serviços da Pessoa com Deficiência tem maior
41necessidade. A assistente social Bruna apresentou uma sugestão de canalizar esse recurso para o piso do Serviço
42de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias - Modalidade Unidade
43Referenciada. Dalva concluiu que pode ser aprovado dessa maneira, ressaltando, porém, que não será acrescido
44no valor, será diluído no piso desse Serviço, que atualmente é executado pela Apae e Caminhar. Tina reafirmou
45que precisa de uma atenção maior a esses serviços que estão com um valor muito abaixo do real, especialmente
46para a Pessoa com Deficiência na Modalidade Unidade Referenciada. Depois de algumas discussões, ficou
47definido e aprovado pelo colegiado a proposta de canalizar esse recurso para o piso do Serviço de Proteção
48Social Especial para Pessoas com Deficiência na Modalidade Unidade Referenciada. Sandra explicou que é
49necessário que o conselho faça um parecer informando essa alteração, devendo devolver para o Órgão Gestor
50realizar essa alteração. Disse que em seguida a DRADS analisará e devolverá para o CMAS finalizar. Ficaram
51responsáveis pela elaboração do parecer no sistema as conselheiras Tina, Dalva e Daniela. Finalizado o assunto,
52passou-se ao primeiro informe, **5.1 – Resultado das Assembleias Eleitorais – Recomposição Geral - CMAS**
53**2016**. Tina apresentou os nomes dos candidatos eleitos nas Assembleias Eleitorais do CMAS. No dia 23 de
54agosto às 8h ocorreu a **Assembleia de Representantes de Entidades** na qual foram eleitos, titulares: Clóves
55Plácido Barbosa, - Fundação Espírita Judas Iscariotes; Ernestina Maria de Assunção Cintra - APAE e José
56Carlos Gomes - ADEFI. Suplentes: Geraldine Garcia Fuga Menezes – ESAC; Daniela Leal Ramos - IJEPAM e
57Rosângela Aparecida de Paula - Instituição Espírita Nosso Lar. Na Assembleia realizada dia 23 às 18h foram
58eleitos os **Representantes de Usuários**, são eles, titulares: Maria Goretti Albuquerque; Rosa Helena Bomfim
59Nostre e Luzia Maria Parreira Fernandes. Suplentes: Hildelania Maria de Carvalho; Mônica Aparecida
60Mazzucatto e Sônia Maria de Souza. No dia 24 às 8h foi realizada a **Assembleia de Representantes de**
61**Trabalhadores**, onde foram eleitos, titulares: Fernanda Rodrigues Carrijo; Camila Rodrigues Alves Junqueira e
62Alessandra Aparecida da Silva. Suplentes: Silvana Rodrigues Neves; Óiter Cassiano Marques e Érika Cristina
63de Paula Faria. Após apresentação, passou ao segundo informe, item **5.2 – Ofício nº 107/2016 – CONSEAS**.
64Tina lembrou que foi encaminhada uma consulta ao CONSEAS para solicitar esclarecimentos relacionados à
65inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e
66benefícios socioassistenciais, no respectivo CMAS, mediante processo de Chamamento Público, a fim de saber
67se a inscrição deve anteceder a participação no referido Chamamento. Assim, por meio do ofício 107/2016, o
68Conseas está solicitando que seja encaminhado o Edital do Chamamento Público do Município para análise. Os
69editais serão encaminhados. Na sequência passou ao item **5.3 – Ofício nº 95/2015 – MDS**. Tina fez a leitura do
70ofício resposta, o qual esclarece que toda Entidade deverá estar inscrita no CMAS para poder participar do



71 Chamamento Público. Sugeriu que fosse encaminhado essa resposta com o devido parecer ao Órgão Gestor. Em
72 seguida o conselheiro Clóves perguntou qual o prazo para analisar a documentação do IANSA, e Tina disse que
73 são 45 dias o prazo para análise de inscrição e que será verificado com a secretária executiva Maria Amélia se
74 este prazo está dentro da Gestão dos Conselheiros atuais ou dos novos que vão ainda ser empossados, pois é
75 necessário que a comissão de inscrição se reúna para discutir a inscrição. Passou-se então ao último assunto, **5.4**
76 – **Cronograma do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017**. Clóves comentou que a
77 participação dos conselheiros é muito pequena nessa articulação política para alcançar o orçamento impositivo
78 para Fundo Municipal da Assistência Social. Tina ressaltou a importância dessa participação e mobilização dos
79 Conselheiros. Dalva propôs que o conselho faça uma indicação à Câmara de qual a prioridade do conselho e
80 qual Serviço está mais defasado, como por exemplo, Serviço de Longa Permanência para idosos e Serviço para
81 Pessoas com Deficiência na modalidade unidade referenciada, para que estes sejam alterados em seus recursos.
82 Como encaminhamento, Tina sugeriu que essas propostas sejam levadas na audiência pública do dia 26, de
83 acordo com o cronograma apresentado. José Carlos explicou que já foi proposto isso e não houve sucesso. A
84 emenda impositiva já foi destinada, não sendo mais possível que ela seja acrescentada ao Fundo de Assistência
85 Social. Após as discussões sobre esse informe, o conselheiro José Carlos apresentou como proposta para o novo
86 colegiado, que a Comissão de Orçamento e Articulação Política organize uma reunião com os candidatos a
87 prefeitos da cidade a fim de discutir demandas da área da assistência social, propostas e principalmente a
88 defasagem que se tem nos serviços e documentar essa reunião em ata. Finalizados os assuntos e nada mais
89 havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas, e eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária executiva
90 do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será anexada a lista de presença dos conselheiros
91 participantes.